

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

Verônica Rodrigues Times

MULHERES E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:
Sujeitos (re)identificando-se pela escrita de si na internet

Porto Alegre
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

Verônica Rodrigues Times

MULHERES E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:

Sujeitos (re)identificando-se pela escrita de si na internet

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do Título de Licenciada em Letras
pela Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Solange Mittmann

Porto Alegre
2010

*A tod@s que lutam pelos direitos humanos
e ao Draiton, amigo, companheiro, parceiro, metade de mim.*

AGRADECIMENTO

Antes de tudo, agradeço a Deus, em cuja existência, nas minhas andanças discursivas e “relativizantes”, não abro mão de acreditar, pois, sendo para mim um porto seguro, um princípio constitutivo de mim, me dá tranquilidade para continuar meu caminho sem me perder por aí. Muito obrigada pelos acasos (tuas coisas inexplicáveis) que se transformaram em oportunidades para que eu pudesse concretizar meus sonhos!

Aos meus pais que plantaram em mim a semente da criticidade e da persistência, além de me ensinarem a tentar sempre compreender o outro próximo de mim. Obrigada por acreditarem que esse sonho era possível! À minha sogra/mãe que cuidou de mim incondicionalmente nesse dias difíceis do processo de escritura, quando a gente perde a noção das horas, do espaço e até das necessidades essenciais como, por exemplo, se alimentar. O que seria de mim sem suas comidinhas, seus conselhos, sua amizade?

À Professora Solange Mittmann que me surpreendeu pelo carinho e pela dedicação a esta “nossa filha”. Obrigada por acreditar neste trabalho. Obrigada por ir além do profissionalismo e se deixar envolver pelo assunto que escolhi trabalhar. Aqui está sua “afilhada”, em forma de efeito-texto, se considerando preparada para ser lida pelo mundo afora.

Ao pessoal da Procuradoria-Geral do Município de Canoas, em especial ao Gabinete, que compreendeu a importância da concretização deste trabalho para mim e me incentivou até os últimos momentos. À Evelin (minha “anja substituta”), à Alice (a amiga feminista), ao Paulo (“o grilo falante”), ao Egbert (grande incentivador), ao Marcelo Cafrune (uma consciência de esquerda) e à Verônica Gonçalves (minha “xará” chérie). A tod@s @s amig@s que compartilharam de minhas angústias, meus questionamentos e souberam compreender minha ausência. Muito obrigada pelo apoio e pelo incentivo!

E, especialmente, ao Draiton! Amigo, companheiro, parceiro, “o marido herói”, que muito me passou sermão para sentar e escrever ao invés de ficar só no planejamento, que abriu mão de descansar nas suas férias para fazer as “correrias”

inerentes a um Trabalho de Conclusão da Graduação e a uma iminente Formatura, acompanhando e apoiando todo o processo dessa escrita, sendo meu lado prático e otimista. Muito obrigada, querido!

O VIOLÃO E O VILÃO

*Havia a viola da vila.
A viola e o violão.*

*Do vilão era a viola.
E da Olívia o violão.*

*O violão da Olívia dava
vida à vila, à vila dela.*

*O violão duvidava
da vida, da viola e dela.*

*Não vive Olívia na vila.
Na vila nem na viola.
O vilão levou-lhe a vida,
levando o violão dela.*

*No vale, a vila de Olívia
vela a vida
no seu violão vivida
e por um vilão levada.*

*Vida de Olívia - levada
por um vilão violento.
Violeta violada
pela viola do vento.*

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo geral, a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa, analisar os discursos produzidos por mulheres sobre ao assunto “violência doméstica contra a mulher”. Para tanto, foram utilizados, como material empírico, textos em forma de depoimentos e comentários produzidos por mulheres no site da campanha “Fale Sem Medo” do Instituto Avon. Procurou-se investigar como os sujeitos que produziam os discursos presentes nos textos se posicionavam ante o tema da violência doméstica contra a mulher e como estes posicionamentos afetavam a forma de esses sujeitos se (re)construírem. Para isso, primeiramente delimitou-se o objeto teórico (o discurso) e a perspectiva de análise adotada para colocar em prática o gesto de leitura do pesquisador. Foi mobilizado, então, o conceito de condições de produção, observando não só o contexto mais imediato em que os discursos se inseriam, mas também a rede que se estabelecia entre os sujeitos envolvidos, a memória discursiva. Também as noções de memória discursiva e ideologia contribuíram para a reflexão de que aquilo que estava sendo dito produzia um efeito de evidência de sentidos por serem já-ditos ligados a determinadas formações discursivas. Já a concepção de formação discursiva foi abordada quanto a sua heterogeneidade, quando foram observadas as diferentes posições de sujeito que resultam da identificação dos sujeitos com a forma-sujeito da formação discursiva. Em todo esse percurso, trabalhou-se costurando teoria e análise à medida que os questionamentos iam surgindo. Por fim, dedicou-se um capítulo à escrita de si na expectativa de mostrar como a língua em funcionamento possibilita a transformação dos modos de agir dos sujeitos que a produzem. Desse modo, procurou-se também compreender como o objeto simbólico que materializa o processo de identificação desses sujeitos produz sentidos.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Violência doméstica contra a mulher. Condições de produção. Memória discursiva. Posições-sujeito. Escrita de si. Internet.

RÉSUMÉ

Ce travail a comme objectif général, à partir de la perspective théorique de l'Analyse du Discours de ligne française, analyser les discours produits par des femmes à ce thème : « violence domestique contre la femme ». Pour cela, on a utilisé, comme du matériel empirique, des textes en forme de témoignages et de commentaires produits par des femmes dans le site de la campagne « Parlez Sans Peur » de l'Institut Avon. On s'est demandé comment les sujets qui produisaient les discours présents dans les textes se plaçaient-ils devant le thème de la violence domestique contre la femme et comment ces positionnements affectaient la manière de ces sujets se (re)construire. Pour cela, d'abord, on a délimité l'objet théorique (le discours) et la perspective de l'analyse adoptée pour mettre en pratique le geste de lecture du chercheur. Il a été mobilisé, alors, le concept de conditions de productions, en voyant non seulement le contexte le plus immédiat dans lequel les discours se sont insérés, mais aussi le réseau qui se construisait entre les sujets, la mémoire discursive. De plus, les notions de mémoire discursive et de l'idéologie ont contribué pour la réflexion où cela qui était dit produisait un effet d'évidence de sens à cause de son existence comme déjà-dits liés à déterminées formations discursives. En effet, la formation discursive a été abordée par rapport son hétérogénéité, quand ont été vues les différentes positions de sujet qui résultent de l'identification des sujets avec la forme-sujet de la formation discursive. Par tout ce parcours, on a travaillé en cousant la théorie à l'analyse à la fois que les questionnements arrivaient. Enfin, on a dédié un chapitre à l'écriture de soi dans l'expectative de montrer comment la langue en fonctionnement possible la transformation des manières d'agir des sujets qui la produisent. Ainsi, on a cherché aussi de comprendre comment l'objet symbolique qui matérialise le procès de l'identification de ces sujets produit des sens.

Des mots-clé: Analyse du Discours. Violence domestique contre la femme. Conditions de production. Mémoire discursive. Position-sujet. Écriture de soi. Internet.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 SOBRE NOSSO GESTO DE LEITURA – UM OLHAR DISCURSIVO	11
3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS ANALISADOS	15
4 A IMPLICAÇÃO DA MEMÓRIA NA SUSTENTAÇÃO DOS SENTIDOS	24
5 CONCEPÇÃO DE SUJEITO E DE FORMAÇÃO DISCURSIVA EM ANÁLISE DO DISCURSO: O sujeito funcionando no discurso	31
5.1 Posições de sujeito assumidas frente à violência doméstica contra a mulher	35
6 A ESCRITA DE SI NA (RE)CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE	42
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Em uma pesquisa realizada em 2009¹, 56% dos entrevistados apontou a violência doméstica contra as mulheres dentro de casa como o problema que mais preocupa a brasileira atualmente. Desde a aprovação da Lei 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, os debates no sentido de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher têm se intensificado tanto no discurso político e no jurídico como na mídia, na área da saúde e em inúmeros trabalhos acadêmicos que discutem o assunto já como um problema público que acarreta sérias consequências no desenvolvimento dos sujeitos e das relações sociais. No entanto, muito antes disso, movimentos feministas reclamam pelo respeito e o reconhecimento do sujeito feminino não como um ser inferior, nem superior, mas em pé de igualdade. Mesmo assim, muitas mulheres sofrem a violência doméstica em silêncio ou têm muitas dificuldades de sair dessa situação e até de falar sobre o assunto. Como esses sujeitos, marcados por uma memória histórica de dominação do masculino sobre o feminino e do enfrentamento à essa dominação, reconstroem-se pelo discurso?

Neste trabalho, buscamos respostas para essa pergunta ao analisarmos, com base na Teoria da Análise do Discurso de linha francesa, o discurso de mulheres sobre a violência doméstica contra a mulher. Para delimitar nossa unidade de análise, decidimos trabalhar com depoimentos e comentários publicados na página da internet <http://www.falosemedo.com.br> que faz parte de uma campanha do Instituto Avon, em parceria com outras organizações, intitulada “Fale Sem Medo – Não à Violência Doméstica”.

Primeiramente, falaremos sobre o lugar teórico em que nos inscrevemos, bem como sobre nosso objeto teórico (o discurso) e sobre o processo de análise que propomos, reconhecendo em nossa prática um gesto de leitura, sujeito à interpretação, mas com um “olhar” sustentado pela teoria discursiva.

1 Pesquisa realizada em 2009 pelo Ibope com patrocínio do Instituto Avon intitulada “Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil”. Pode ser conferida em <http://www.ibope.com.br>.

Em seguida, para compreendermos como esses discursos são produzidos, faremos uma descrição de suas condições de produção, também numa tentativa de compreendermos por que o que é dito precisa ser dito e de mostrar como a exterioridade – constitutiva da produção dos sentidos – legítima, num efeito de evidência, esses dizeres, ao mesmo tempo em que deixa de fora outros sentidos.

Mais adiante, abordaremos a importância do trabalho da memória discursiva na formulação dos dizeres e na sustentação dos sentidos, bem como o papel da ideologia na produção dos efeitos de evidência dos sentidos.

Prosseguindo, nos deteremos em como são entendidas as noções de sujeito e de formação discursiva na Análise do Discurso, bem como a relação entre essas noções na constituição dos sentidos e na identificação do indivíduo como sujeito. Também aí nos aprofundaremos na análise das posições-sujeito identificadas nos depoimentos e comentários das mulheres que se inscrevem nesse espaço virtual que é a internet.

Por último, refletiremos sobre como a narrativa-escrita de si afeta o processo de identificação desses sujeitos e a importância que o falar (a língua em funcionamento) sobre a violência doméstica exerce no processo de resistência e enfrentamento dessa situação problemática.

2 SOBRE NOSSO GESTO DE LEITURA: UM OLHAR DISCURSIVO

Ao propor a análise de depoimentos e comentários de mulheres sobre violência doméstica contra a mulher, delimitamos aqui o lugar em que nos inscrevemos teoricamente, a saber, no campo brasileiro da Análise do Discurso (AD) filiada à Escola Francesa de Análise do Discurso, fundada por Michel Pêcheux em 1969, e passamos a uma breve reflexão sobre o olhar (a leitura) que lançamos ao material analisado.

Assumindo uma perspectiva discursiva ao se falar em leitura, é necessário salientar que a AD se nega a ser uma análise de conteúdo, ou seja, a trabalhar com o texto - bem como com os sentidos, o sujeito e a linguagem - como um objeto acabado, completo, finito. Seu objetivo não é destacar a organização lingüística interna do texto, conforme nos explica Orlandi (2009, p.17):

A análise de conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo, ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?

Ou seja, não pretendemos, com este trabalho, extrair sentidos dos textos apresentados, até porque, para a AD, o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo, não é dado, nem está encoberto esperando ser desvendado. Não pretendemos, por exemplo, ao tratarmos das marcas lingüísticas de tempo na narrativa, descrever como funciona internamente nos textos/depoimentos o advérbio ou as expressões que remetem a uma noção de tempo. Antes, tomaremos essas marcas lingüísticas como pistas para investigarmos a historicidade e a ideologia (exterioridade constitutiva tanto do sujeito quanto do texto) que produzem efeitos de evidência de sentidos, de transparência, e refletiremos sobre as condições de produção que levaram a esses efeitos.

Porque a partir deste olhar, não fazemos uma descrição do texto, mas uma teorização sobre o discurso, ou seja, tomamos o texto como unidade lingüística para análise do funcionamento do discurso e reflexão sobre as condições históricas de produção/leitura. (MITTMANN, 2007, p.153)

Pêcheux (1997 [1969], p.82) define o termo discurso como “um efeito de sentidos” entre interlocutores. Daí ser importante destacar que o discurso, na teoria discursiva, é um objeto teórico e não um objeto empírico. Isso significa, de acordo com Leandro Ferreira (1998, p. 203), “que ele é entendido como um *lugar de reflexão*”. Ainda segundo a autora (Idem), “mais do que um resultado, o discurso vai definir um processo de significação no qual estão presentes a *língua* e a *história*, em suas materialidades, e o *sujeito*, devidamente interpelado pela *ideologia*.” (grifos da autora) Ou seja, na perspectiva discursiva, a questão da língua é essencial para se trabalhar com o discurso, sobretudo porque representa a materialidade deste. No entanto, não é vista como um sistema fechado, autônomo, homogêneo, independente da história e dos sujeitos falantes. Por estar ligada à questão histórica e aos sujeitos, a língua em AD é vista como “um conjunto de regras que admite as falhas como espaço de jogo e que não se coloca como ‘serva’ do pensamento” (Ibid., p.204). Assim, a AD questiona a Linguística quanto a sua concepção de língua fundamentada nos postulados da transparência (língua como instrumento), da univocidade (sintonia perfeita entre formas e sentidos) e da regularidade (composta de elementos que estabelecem relações previsíveis e ordenadas) (Ibid., p. 205).

Outro aspecto importante a salientar é que a AD entende a leitura como uma interação não do leitor com o texto (relação sujeito-objeto), mas do leitor (na posição de sujeito-leitor) com outro(s) sujeito(s) (leitor virtual, autor, etc.) através do texto (ORLANDI, 2008, p.09). Ou seja, o analista de discurso se debruça sobre o que será analisado ciente de que sua leitura é afetada por sua inscrição histórico-ideológica em uma formação discursiva, e de que não tem domínio sobre a própria interpretação.

Tendo a perspectiva de que a leitura é “produzida” (Ibid., p.8), o analista reconhece sua responsabilidade em explicitar as condições de produção de sua leitura, mobilizando dispositivos teóricos e dispositivos analíticos de acordo com as questões que desencadearão a análise. Trabalha os limites da interpretação, seus mecanismos, suas margens, não estacionando nela, teorizando sobre ela tendo como pressuposto que não há um sentido verdadeiro ou único a ser alcançado.

Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem (...). Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize

conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões. Uma análise não é igual à outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais. (ORLANDI, 1999, p. 27)

Seguindo essa perspectiva, ao depararmos-nos com o material a ser analisado (depoimentos e comentários de mulheres sobre a questão da violência doméstica contra a mulher encontrados num site da internet), em nosso gesto de leitura, formulamos a seguinte questão (que desencadeou outras durante o processo de análise): **Quem é esse sujeito dos depoimentos e comentários sobre violência doméstica contra a mulher?** A partir daí, passamos a mobilizar conceitos que norteariam nosso olhar. E, para isso, foi preciso teorizar.

Como em AD “não efetuamos uma análise exaustiva, tentando dar conta de todos os aspectos envolvidos, mas trabalhamos profundamente sobre alguns aspectos discursivos” (MITTMANN, 2007, p.153), recortamos primeiramente, de um conjunto grande de textos presentes no site, alguns que, num primeiro olhar, se pareciam muito uns com os outros. A partir daí, buscamos agrupá-los pelo modo como percebíamos que os sujeitos apresentavam sua relação com a situação de violência doméstica (as que, no momento da escrita, estavam vivenciando uma situação de violência, as que já tinham passado por essa situação e contavam como conseguiram sair dela, as que não diziam se haviam passado por isso, mas que expressavam seu ponto de vista sobre o assunto, etc.). Retornando à teoria, buscamos as condições de produção em que se davam estes depoimentos e comentários e passamos a descrevê-las, relacionando o que era dito no site por seus organizadores com o que estava sendo dito pelos sujeitos que ali se inscreviam, num processo de idas e vindas que foi costurando as relações de sentido que iam se estabelecendo.

Nesse gesto de leitura de ir a outros dizeres, de tentar também resgatar o que está construído historicamente a respeito do assunto, voltando à questão inicial, buscando suporte na teoria à medida que outras questões iam surgindo, e buscando relacionar os efeitos de sentido entre os dizeres é que a análise foi sendo costurada com a teoria e que nosso *corpus* foi sendo definido. Como nos diz Mittmann:

É a possibilidade do novo que nos faz perceber que o percurso metodológico não é linear. Não há passagem natural da dispersão do arquivo à seleção de textos de nosso corpus empírico e deste à organização das sequências discursivas que formam nosso corpus discursivo. As passagens somente se dão pelo retorno constante à teoria e, por vezes, pelo deslocamento/surgimento de sentidos, de noções, de percursos. (MITTMANN, 2007, p. 158)

Assim, conceitos como condições de produção, memória, ideologia, formação discursiva e posições de sujeito precisaram ser abordados, ou seja, para ir além de um gesto de interpretação (preso a um sentido), procuramos compreender como o objeto simbólico que materializa o processo de identificação desses sujeitos produz sentidos. Desse modo, sobre nosso gesto de leitura neste trabalho (esse nosso olhar discursivo), Cazarin (2010, p. 113) afirma: “No fundo, o “olhar” é do analista, mas este não pode ser qualquer um – é preciso que o discurso, revestido de historicidade, ou seja, na sua relação com a história (relação história e língua no discurso), sustente teoricamente esse ‘olhar’.”

3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS ANALISADOS

Seguindo uma perspectiva discursiva, para compreendermos como os discursos, enquanto efeitos de sentido, são produzidos, é essencial pensar o processo de produção desses discursos relacionando-os à sua **exterioridade**, às suas **condições de produção**. Ou seja, o que é dito produz sentidos que só são produzidos de acordo com determinadas condições externas à língua. Pêcheux exemplifica essa relação:

Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está 'isolado' etc. Ele está pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa [...] (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 77)

Assim, os discursos são produzidos de acordo com o lugar e o sujeito que ocupa este lugar ao dizer o que diz. No entanto, nos textos e na leitura desses, essa exterioridade, essas relações de forças que interpelam o indivíduo em sujeito do seu discurso, no momento em que este se situa ao tomar a palavra, produzem um efeito de transparência do que é dito, como se os sentidos fossem evidentes. Portanto, ao analista do discurso cabe a tarefa de descrever as condições de produção dos discursos analisados numa tentativa de “desvendar os processos discursivos que levam às imposições como evidência, bem como o que esses mesmos processos deixam de fora” (MITTMANN, 2007, p.154).

Não se trata, pois, de desconsiderar o funcionamento lingüístico enquanto ordem interna, mas de considerar, conforme Leandro Ferreira (1998), que aquilo que está fora (o exterior enquanto aspecto histórico e social) “faz parte integrante do que está dentro (o interior)”:

Não há, pois, dicotomia; há tensão, há contradição. Como se estivéssemos frente a um quadro de um pintor: a moldura, a luz, o ambiente, a parede em que está colocado são elementos que compõem junto com a tela os efeitos de sentido que vão produzir para o observador. Com outra moldura, sob diferente luz, em nova parede, a significação já seria outra. (FERREIRA, 1998, p. 203)

Passemos, então, à descrição das condições em que são produzidos os discursos analisados neste trabalho, nessa tentativa de compreender por que aquilo que é dito nesses discursos precisa ser dito, mostrando como essa exterioridade - constitutiva da produção dos sentidos – legítima, num efeito de evidência, esses dizeres, ao mesmo tempo em que deixa de fora outros sentidos.

O espaço discursivo escolhido para análise é constituído por recortes de textos em forma de **Depoimentos** e **Comentários** publicados na internet, no site <http://www.falesemmedo.com.br>. “Fale Sem Medo” é a versão brasileira da campanha internacional pelo fim da violência doméstica denominada “Speak Out Against Domestic Violence”, lançada em 2004 pela Avon Foundation, organização não-governamental que direciona os investimentos sociais da Avon Products INC., empresa de produtos de beleza direcionados essencialmente para mulheres. No Brasil, a campanha “Fale Sem Medo”, iniciada em 2008, é coordenada pelo Instituto Avon, criado em 2003 pela Avon Cosméticos Ltda. (a Avon do Brasil) pelos mesmos motivos da Avon Foundation: direcionamento de capital para causas sociais, neste caso, para ações de disseminação de informações e apoio a projetos que contribuam para a erradicação da violência contra mulheres no país. A campanha “Fale Sem Medo” tem parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Governo Federal), com o Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) e com outras instituições não-governamentais “que trabalham pela mesma causa”².

Muito se poderia falar sobre os sentidos que podem ser produzidos a partir das expressões “causas sociais” e “responsabilidade social”, quando inseridas em um discurso mercadológico como, por exemplo, de estratégia de marketing, de publicidade, de ligação da imagem da empresa a algo de bom para a sociedade, etc., mas essa já seria uma outra análise. O que gostaríamos de destacar aqui é que a base do negócio da Avon, empresa que encabeça a campanha, é a chamada venda direta (ou “venda porta a porta”) que tem seu sucesso alicerçado nas relações pessoais entre vendedor e consumidor, e que essa forma de divulgação dos produtos da empresa foi pensada essencialmente para as mulheres, as chamadas “revendedoras”. Essas relações formam **redes** (uma conta para a outra) que acabam não só compartilhando um mesmo produto, mas amizades, opiniões,

² Conforme se pode conferir através da página “parceiros”: <http://www.falesemmedo.com.br/parceiros>. Ver também a seguinte página do Instituto Avon: <http://www.institutoavon.org.br/quemsomos>, onde se pode ainda encontrar as diferentes atribuições do Instituto Avon e da Avon Cosméticos Ltda.

confidências, desejos... Promove-se, então, uma **rede de amigas**, e é numa rede como essa que se dão os discursos analisados neste trabalho.

A partir da percepção dessa rede, perguntamo-nos: **a) Que papéis essa Instituição assume nas condições de produção dos discursos analisados? b) De que forma ela se marca nos discursos produzidos?**

Sabe-se que a internet tem se integrado aos hábitos da sociedade moderna, constituindo-se como um mundo virtual em que há todos os tipos de relações entre os sujeitos que nela se inscrevem. A rede virtual produz um efeito de sentido de liberdade, onde o sujeito pode expressar sua opinião, seu posicionamento, escolhendo modos de identificar-se, numa relação com o outro que oscila entre o totalmente público (mostrar-se para quem quiser ver) e o totalmente privado (a possibilidade de ser “um outro”, pois a relação não precisa ser física - embora seja possível no sentido de ver o outro com quem se fala). Em relação ao site em questão, os links “Cadastro”, “Envie sua foto” e “Depoimentos” convidam à inscrição nessa “comunidade”, produzindo um **sentimento de pertencimento**.

Na página “Depoimentos”, a pessoa, após realizar uma inscrição, escreve e envia sua história para a instituição que “postará” a mensagem e que, por sua vez, avisa:

AVON
fale
sem
medo
NÃO À
VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA

Depoimentos
Você é parte fundamental desta corrente!

Além de usar os símbolos da campanha, você pode ajudar dando o seu depoimento. Aqui você pode falar sem medo sobre sua experiência – seja ela própria ou não – com a violência doméstica contra a mulher. Sua atitude será reconhecida e você poderá ajudar milhares de mulheres nesta causa de solidariedade.

Depoimento de Maria da Penha Maia Fernandes, que dá nome à Lei Federal 11.340/2006 na II Conferência de Políticas para as Mulheres do Tocantins

"Senti muita emoção. Porque antes da lei me sentia órfã da justiça. A minha colaboração se deu pela persistência. A Violência está relacionada à força física e à cultura, que faz com o que homem sinta-se superior à mulher. Essa vitória é de todos os movimentos sociais. Tricelulara luta solitária, em 1980, que foi vítima de agressão; nessa época não tinha delegada especialidade da mulher, que só foi ser criada em 1985. Hoje, me sinto vitoriosa por ser mulher e por ter colaborado com essas mudanças que estão acontecendo. Hoje o comportamento de homens e mulheres precisam de outros valores. Viver sem violência é mais do que viver sem nenhum tipo de agressão. E viver com respeito e consideração. E não acreditar na superioridade masculina."

Mapa do site

Veja todos os depoimentos

Cristine - 32 - anápolis/GO
Depoimento enviado em 18/11/2010 0 comentários
Hum... não sei por onde começar pq ja vem acontecendo há 13 anos.então é muita bancada para minha...
• Ler depoimento completo

Lizandra Brizolara - 26 - Pelotas/RS
Depoimento enviado em 14/11/2010 0 comentários
Boa Noite!!! Me chamo Lizandra, tenho 26 anos sou universitária e trabalho como secretária também...
• Ler depoimento completo

Jaruaelny - 33 - maceió/AC

Conte sua História
Fale sem medo sobre o assunto. Deixe sua mensagem ou testemunho.

Enviar depoimento

Atenção:

- Todos os depoimentos passarão por mediação antes de serem publicados.
- Se você preferir, poderá usar um pseudônimo (nome fictício).
- Seu endereço de e-mail não será mostrado publicamente.

Concluído Internet | Modo Protegido: Ativado 100%

Figura 1 – Depoimentos
Fonte: <http://www.falesemmedo.com.br/depoimentos>

“Atenção:

- Todos os depoimentos passarão por mediação antes de serem publicados.
- Se você preferir, poderá usar um pseudônimo (nome fictício)
- Seu endereço de e-mail não será mostrado publicamente.”

Além disso, após ler um depoimento, outras pessoas podem comentá-lo, realizando o mesmo procedimento da pessoa que enviou a história. Os comentários são exibidos logo abaixo dos depoimentos.

Temos, então, de um lado, a Instituição mediando o espaço de debates, de relações entre sujeitos que se reconhecem, que pertencem ao mesmo grupo e, de outro, as mulheres que conversam/debatem umas com as outras neste espaço, formando, como dito anteriormente, a rede de amigas, uma rede discursiva. Portanto, um dos papéis que a Instituição assume nas condições de produção desses discursos é o de mediação daquilo que é dito nessa rede, ou seja, não é “qualquer coisa” que é dita a respeito do assunto violência contra mulheres. O sujeito que aparece nessa rede de discursos é aquele que diz o que deve ser dito, pois seu discurso foi submetido a uma avaliação daquele mediador. Poderíamos, assim, perguntarmo-nos: quantos outros discursos não aparecem nessa rede por não terem sido aprovados? Pergunta esta que fica sem resposta - posto que não temos acesso a esses não-ditos –, mas que nos faz refletir sobre o processo de produção da evidência daquilo que é dito³.

Se considerarmos que os espaços nos quais podem ser encontrados registros das vozes de mulheres em situação de violência doméstica são, geralmente, lugares institucionalizados (delegacias, judiciário, organizações governamentais ou não, etc.), onde é preciso comparecer fisicamente (o que implica sair de casa, deslocar-se até o local), podemos dizer que o site em questão, mesmo sendo institucionalizado, é um espaço que proporciona posturas diferentes das encontradas naquelas outras instituições, no sentido de ser um espaço virtual para depoimentos e comentários sobre violência contra mulheres. Na virtualidade, as pessoas podem escolher se identificar ou não, ou utilizar um nome fictício ao falar sobre o assunto. Podem contar experiências - próprias ou não - e comentar os depoimentos publicados, conforme aponta este trecho da página “Depoimentos”:

³ Essa mediação é também uma seleção que recoloca no espaço do não-dito o que foi dito pelo sujeito vítima da violência doméstica. É um ponto complexo a se pensar: por que há depoimentos que devem ser silenciados?

Além de usar os símbolos da campanha, você pode ajudar dando o seu depoimento. Aqui você pode falar sem medo sobre sua experiência – seja ela própria ou não – com a violência doméstica contra a mulher. Sua **atitude** será **reconhecida** e você poderá ajudar milhares de mulheres nesta causa de solidariedade.⁴

Por outro lado, contar sua história para alguém que se identifica com ela é uma prática de autoafirmação, de reconhecimento de si, num efeito de **espelhamento**: eu me vejo no outro porque o outro se vê em mim. Mesmo que haja opiniões diferentes entre as mulheres do site sobre como superar a situação de violência doméstica, elas se identificam pelo fato de serem mulheres e de pertencerem ao mesmo grupo. Diferentemente seria em uma delegacia, ou no espaço judiciário, em que o julgamento do outro, com qual não há identificação, produz uma prática muito maior de distanciamento desse outro.

Assim, por ser público e, ao mesmo tempo, possibilitar a escrita de si pelo anonimato ou não do (da) depoente/comentarista, o espaço destinado a depoimentos do site em questão é um lugar para desabafar, dar sua opinião e, principalmente, compartilhar experiências de vida. Ou seja, possibilita não só a interação entre sujeitos, mas um jogo em que o que deve ou não ser dito em condições dadas provoca uma tomada de posição dos sujeitos. Esse jogo também é um modo de enfrentamento de si (devido ao efeito de espelhamento), em que também jogam diferentes formas de ver o mundo, outros dizeres, outras formações discursivas.

Ao analisarmos as expressões destacadas no dizer recortado da página “Depoimentos” (“você pode ajudar”, “você pode falar”, “sua atitude será **reconhecida**”, “você poderá ajudar”), percebemos que esses sujeitos são interpelados a participarem do jogo, a se inscreverem nele, a assumirem posições diante do assunto “violência doméstica contra a mulher” dando seus depoimentos. Essa participação é incentivada, primeiramente, por um discurso com efeito de “empoderamento” (“pode”, “poderá”)⁵. Esse “poder” parece “autorizar” o sujeito a agir (“falar”, “ajudar”). E essa “ação” legitimada pelo “poder” relaciona-se à “atitude” do sujeito de participar, ao seu posicionamento, com a recompensa de ser

⁴ Em todas as transcrições, os grifos são nossos.

⁵ Parece haver em “pode” e “poderá”, nessas condições de produção, uma determinação de sentidos que nos possibilita lê-los produzindo um “efeito de empoderamento” ao invés de “possibilidade”. Isto nos parece estar relacionado ao fato de que o termo “empoderamento” seja largamente utilizado nas discussões feministas para incentivar a conquista dos espaços de poder pelas mulheres. Sobre isto, vale conferir um texto de Ana Alice Costa disponível em: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf

“reconhecida”. Quem profere essa “autorização de poder” e instiga o sujeito a inscrever-se nesse jogo assumido uma posição? A voz da Instituição. Podemos, então, dizer que outro papel da Instituição, além da mediação, nas condições de produção dos discursos analisados, é o de interpelação do sujeito a uma identificação, a um posicionamento.

Pensando nesses aspectos de mediação e de interpelação assumidos pela voz da Instituição, retornemos mais uma vez à questão da formação da rede de amigas e analisemos a seguinte formulação: “Você é parte fundamental desta corrente!”. Os efeitos de sentidos de “corrente”, nessas condições de produção, retomam a concepção da rede como interligação de pessoas que se identificam. “Corrente” - que em outras condições pode produzir outros efeitos de sentido como, por exemplo, “prisão”, “falta de liberdade” ou, ainda, como as correntes de e-mails, em que um passa para o outro, sem que isso signifique realmente mudança de algo – aqui se evidencia, num efeito de fechamento dos sentidos: corrente → rede → grupo → pessoas que se identificam, que “fazem parte”, como a corrente das mulheres (compradoras e revendedoras) que participam da venda direta proposta pela empresa Avon⁶. Percebemos, assim, que os sentidos vão deslizando, ao mesmo tempo em que, por estarem ligados à ideologia, tomam formas que parecem ser transparentes.

Essa “corrente de identificação” colocada em relação ao termo “rede” produz também um efeito de evidência da aproximação dos sujeitos, mesmo que essa aproximação não seja física. Exemplo dessa evidência da aproximação dos sujeitos é o não estranhamento do surgimento de um comentário em que a pessoa que escreve diz morar em outro país:

“ola **moro na Suica** fui vitima de violencia durante 4 anos: tenho 3 filhos uma menina 8 anos do meu primeiro casamento e mais um casalinho d 3 e 1 ano deste ultimo casamento. Durante muito tempo sentime culpa de todas as vezes que ele me batia.agora ao fim de 4 anos decidi sair de casa.”

Ou seja, nesse comentário, a identificação poderia se dar simplesmente pela língua e pela experiência da situação de violência. No entanto, parece ser preciso afirmar o “alcance da rede/corrente” para sentir-se parte do grupo, e aí que

⁶ Do site da Avon: “São mais de cinco milhões de Revendedoras autônomas em todo o mundo”; “Desde o início, a Avon adotou a venda porta a porta (venda direta) como prática.”; “Por meio das relações pessoais entre vendedores e consumidores, esse sistema é capaz de ampliar geograficamente o canal de distribuição da empresa.” (da página Venda Direta do site da Avon http://www.br.avon.com/PRSuite/whoweare_main.page)

dizer “moro na Suíça” produz um efeito de sentido de que a rede funciona, ela alcança sujeitos mesmo em outro lado do mundo e possibilita o encontro desses sujeitos.

Assim, conforme Orlandi (2009, p.30), as condições de produção compreendem fundamentalmente **os sujeitos** e **a situação**, podendo ser agrupadas em sentido estrito (circunstâncias da enunciação ou contexto imediato) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico). Além disso, **a memória** (da qual falaremos mais adiante) também participa na produção do discurso.

No caso em questão, podemos considerar como contexto imediato:

- a) o site da campanha “Fale Sem Medo” do Instituto Avon - localizável em um espaço cibernético e com um endereço específico – que também funciona como um “suporte” para os textos, com uma estrutura própria, regras pré-determinadas e ferramentas proporcionadas para a inscrição de depoimentos (mediação dos depoimentos antes de serem publicados, possibilidade de o sujeito usar um pseudônimo e a garantia de que o endereço de e-mail da pessoa que escreve não será publicado);
- b) os sujeitos que, ao se inscreverem nessa “comunidade”, são interpelados por suas regras e por seus dizeres, devendo “ajudar”, “tomar atitude”, “falar”, posicionar-se;
- c) o momento da escrita, que pode ser logo após a vivência de uma situação de violência ou não;
- d) o local em que a pessoa escreve ou lê o que o outro escreveu (em frente ao computador, em casa, no trabalho, em uma lan-house, etc.); e
- e) o fato de estes depoimentos estarem registrados neste local, com este formato, e não em outro.

Como contexto amplo (sócio-histórico-ideológico), que “é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas Instituições” (ORLANDI, 2009, p. 31), podemos elencar:

- a) os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo que, atualmente, têm investido em políticas públicas que promovem a igualdade de gênero (“Ligue 180”- serviço gratuito do Governo Federal Brasileiro de atendimento 24 horas a mulheres em situação de violência

doméstica -, Lei Federal 11.340/2006 - também conhecida como “Lei Maria da Penha” -, Delegacias Especializadas para as Mulheres, Juizados Especiais para questões de violência contra mulheres, etc.);

- b) instituições religiosas que, em geral, têm um histórico de discursos que inferiorizam o sujeito-mulher fora do ambiente doméstico, mas que, ao mesmo tempo a superestimam pelo fato de poder gerar filhos, reafirmando concepções estereotipadas de família e de papéis de gênero;
- c) instituições não-governamentais, coordenadas por movimentos feministas, que historicamente lutam pela igualdade de direitos para mulheres e por uma transformação de valores que, em nossa sociedade, definem padrões baseados em o que é considerado “ser mulher”.
- d) Ainda existem, como no caso do Instituto Avon, outras instituições não-governamentais, que têm outros objetivos que não o da “causa pela causa”, mas que, ao se “unirem” às discussões, ao adotarem os discursos dos movimentos feministas, do governo e das leis, ao inserir esses discursos em “suas redes”, readaptando-os ao reproduzi-los, afetam os dizeres dos sujeitos que com elas se identificam.

Podemos perceber que o processo de significação é realizado ao mesmo tempo pelos sujeitos, ou interlocutores, de acordo com as condições de produção em que se encontram aqueles dizeres, o que nos permite dizer (conforme Pêcheux, 1997 [1969]) que há efeitos de sentidos entre esses interlocutores. Esse efeito de sentidos entre os sujeitos é definido pela AD como o discurso.

No funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção de realidade, etc.(..) Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores. (ORLANDI, 2009, p.21)

A inscrição do sujeito nessa rede discursiva pela linguagem escrita é, desse modo, um processo de (re)construção de subjetividades pois, o simples fato

de falar sobre o tema da violência doméstica contra a mulher já pode ser considerado como uma forma de resistência ao que está dado, de mudança de comportamento, de posicionamento de sujeito. Ao falar sobre a situação de violência em que se encontra, a mulher rompe (ou diverge), de certa forma - mesmo que no anonimato -, com o silêncio que consente com a submissão feminina, divergência essa que é uma tomada de posição do sujeito. Ao compartilhar sua experiência, a mulher se sente parte de um processo de mudança, de algo histórico, se (re)identifica, e isso ocorre pela língua.

4 A IMPLICAÇÃO DA MEMÓRIA NA SUSTENTAÇÃO DOS SENTIDOS

Se tomássemos a formulação “Fale Sem Medo” sem situá-la, sem descrever as circunstâncias em que ela ocorre, sem refletir de que lugar social ela é enunciada e sem pensar no seu contexto sócio-histórico-ideológico, a sua interpretação assim, solta, geraria questionamentos como: falar de quê, de quem? falar por quê? medo de quê? medo por quê? pra quem se deve falar? etc. No entanto, a formulação “Fale Sem Medo” é possível de ser formulada, mesmo que reclamando um “lugar” para fazer sentido.

Então, o que torna possível esse dizer? E, para além dessa possibilidade de formulação, o que aciona aqueles questionamentos que reclamam situação e sujeitos? Eis o trabalho da **memória**. Não a memória cognitiva, “no sentido diretamente psicologista de *memória individual*, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Trata-se da **memória discursiva**: “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2009, p.31). Ela é trabalhada em AD pela noção de **interdiscurso**: “lugar do não-sentido e de todos os sentidos possíveis”.

Neste trabalho, estamos compreendendo diferentemente as noções de interdiscurso e de memória discursiva, conceitos colocados em AD, muitas vezes, numa relação de igualdade. Entendemos, com Cazarin (2010, p. 108) que, “ao mesmo tempo em que o interdiscurso é mais abrangente porque comporta *todo o a dizer*, é ele que constitui a memória discursiva” (grifo da autora). O interdiscurso, sendo o lugar do não-sentido (“todo o a dizer”) e de todos os sentidos (já-ditos), é “saturado de sentidos” e, por isso, não representável, disperso, enquanto a memória discursiva, ao mesmo tempo em que “restabelece” o já-dito, é lacunar, pois precisa ser mobilizada pelo sujeito ao inscrever-se em um lugar que lhe permite o dizer porque lhe “faz sentido” (identifica-o).

Desse modo, a memória discursiva “faz soar o eco” de todos os dizeres historicizados, de todas as formulações ditas e já-esquecidas, buscando, no terreno do dizível, produzir sentido em uma formulação dada. Processo este que busca “filiar” a palavra a um “lugar” de onde ela é enunciada. “Medo”, por exemplo, significa

diferentemente em um discurso ligado aos saberes da psicologia, em um discurso ligado à religião ou ainda em um discurso político. Desse modo, a memória discursiva “faz valer” ou “aciona” as condições de produção (ORLANDI, 2009, p. 31), ao buscar sentidos no já-dito em algum lugar, o que leva, nesse caso, à seguinte questão: de que “medo” estamos falando?⁷

Por outro lado, se pensarmos que *medo* está para *falar* numa relação de complemento sintático em que é preciso a intervenção da memória discursiva para que essas palavras façam sentido, o que dizer dos efeitos de sentido produzidos pela preposição *sem*? É a partir dessa preposição que o enunciado em questão pode ser percebido como tendo uma contradição interna, oposta por algo que lhe é externo, mas que é condição de sua existência, dando-lhe um efeito de pressuposição da preposição **com** que, pelo pré-construído, possibilitaria formulações do tipo: “Fale **com** Medo”, “Fale, ainda que com medo” e “Fale **apesar do** Medo”.

Nesse caso, a preposição *sem* que relaciona “Fale....Medo” remete a um pré-construído, a algo exterior à sequência: a “existência do medo de falar”. Essa construção anterior onde “falar pressupõe medo” ecoa como um já-dito, um já existente em algum lugar da memória discursiva. Sendo a formulação “Fale **com** Medo” pressuposta do enunciado “Fale **sem** Medo”, outras formulações discursivas (terreno do dizível) poderiam ser reconstituídas, por exemplo: “**Mesmo que com** medo, fale” e “**Não fale por** medo”.

A esse “efeito discursivo ligado ao *encaixe* sintático”, Pêcheux (1988, p. 99) denomina “pré-construído”. Em *Lecture et Mémoire: projet de recherche* (1990), Pêcheux procura estabelecer a diferença entre as noções de pré-construído (noção discursiva) e pressuposto (noção lógica), onde o pré-construído do interdiscurso, acionado pela memória discursiva, é anterior ao pressuposto, acionado pela memória cognitiva (que não é do interesse da AD):

La condition essentielle de la production et de l'interprétation d'une séquence n'est pas inscriptible dans la sphère individuelle du sujet psychologique : elle réside en fait dans l'existence d'un corps socio-historique de traces discursives constituant l'espace de mémoire de la séquence. Le terme d'*interdiscours* caractérise ce corps de traces comme

7 Uma análise parecida com a que estamos propondo é feita por Eni Orlandi (2009, p. 28): a autora propõe, como “um caso exemplar”, uma análise da formulação “vote sem medo!” escrita em uma “grande faixa preta”, localizada em um campus universitário em época de eleições. Nesse caso, “medo” é relacionado a uma memória discursiva do campo discursivo político.

matérialité discursive, extérieure et antérieure à l'existence d'une séquence donnée dans la mesure où cette matérialité intervient pour la constituer. Le non-dit de la séquence n'est donc pas reconstituable sur la base d'opérations logiques internes, il renvoie ici à du déjà dit, du dit ailleurs : ainsi, la notion discursive de pré-construit doit-elle être distinguée de la notion logique de presupposition (...) (PÊCHEUX, 1990, p. 289)⁸

Assim, a memória discursiva possibilita os efeitos de sentido sobre o que se diz pela ausência e pela presença de outras vozes e dos não-ditos. É pelo trabalho da memória que as “famílias” de discurso, que os elementos de saber, são postos em relação, passando a fazer sentido quando materializados no discurso, possibilitando a legibilidade e a interpretação do texto em que o discurso aparece, conforme nos diz Pêcheux:

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua própria leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Desse modo, a formulação “Fale Sem Medo” só é interpretável pela memória discursiva (lugar do já-dito, do pré-construído, das “famílias” de discurso), que, para funcionar plenamente, reclama situação e sujeitos. No caso em questão, esse “falar sem medo” insere-se em um discurso do universo feminino, que reproduz sentidos tão evidentes para o sujeito que nele se inscreve de modo que outros sentidos, em outras condições, não são lembrados. Essa evidência do que se está falando faz retornar, no sujeito inscrito na *rede de amigas* mediada pelo Instituto Avon, além do medo da represália do agressor, também saberes de opressão do sujeito feminino, já-ditos históricos de que mulheres não devem falar, um saber de que mulheres, imbuídas socialmente do papel de não tomarem a palavra, de ficarem restritas ao ambiente doméstico, sem voz, fora da sociedade, devem ter medo de falar, num pré-construído de que tomar a palavra é “expor-se ao desconhecido”, ao medo. Esses saberes já-ditos que retornam sobre uma (parecendo ser “a única”) imagem do que é ser mulher (“Não fale por medo”), são reconstruídos pela oposição proposta pelo enunciado “Fale sem Medo”, que reconstrói também uma (outra)

⁸ Tradução nossa: “A noção essencial da produção e da interpretação de uma sequência não é ‘inscrevível’ na esfera individual do sujeito psicológico: ela reside, de fato, na existência de um corpo socio-histórico de traços discursivos constituindo o espaço de memória da sequência. O termo interdiscurso caracteriza este corpo de traços como materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada, na medida onde esta materialidade intervém para constituí-la. O não-dito da sequência não é então ‘reconstruível’ sobre a base de operações lógicas internas, ele reenvia aqui ao já-dito, ao

imagem do que é ser mulher. Desse modo, são apagadas, neste contexto, outras (im)possíveis imagens do sujeito feminino.

Por outro lado, funcionaria diferentemente essa formulação inscrita num discurso masculino que poderia retornar, dependendo das condições em que estivesse sendo enunciada, sobre um pré-construído de que "homem não pode ter medo", por exemplo.

Além disso, todos os dizeres que se opõem a esses já-ditos também contam na constituição dos sentidos dessa formulação. Tudo o que já se disse sobre igualdade entre homens e mulheres, sobre gêneros, enfrentamento da questão da violência, direitos das mulheres e direitos humanos, todos os saberes oriundos dos campos político e judiciário, todas as vozes dos movimentos feministas, tudo isso ressoa na formulação do dizer em questão.

Dessa forma, saberes e julgamentos, presentes nos dizeres de uma sociedade vão se interligando, "costurando-se", pelo que a AD chama "fio do discurso", formando **uma rede de "repetições"** que a regularizam (ACHARD, 1999, p. 16) dando-lhe um efeito de "Saber" histórico, de "implícito". Regularidade esta que sempre pode ser quebrada, perturbada, "esburacada" pelo "peso de um acontecimento discursivo novo" (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Eis aí o funcionamento da memória: ir costurando os saberes que, por se repetirem de um modo parafrástico, produzem um efeito de linearidade da história, dando conta do já-sabido. O acontecimento novo trabalhado pela memória é discursivizado de tal forma que, em algum momento, os sentidos parecem evidentes, já não importando quem o formulou primeiro.

Sendo assim, os saberes já-ditos são organizados em "famílias" discursivas, *que regulam o que pode e deve ser dito em seu interior*, opondo-se a outras, numa relação de forças, mas também dialogando com elas (namorando ou até casando-se com membros de outras). A essas "famílias" de dizeres, de elementos de saber discursivizados, a AD chama de **formações discursivas**⁹. Ao falar, o sujeito necessariamente se filia a formações discursivas (apanhado por uma "adoção inconsciente"), identificando-se com o que é dito ali.

No entanto, o sujeito, ao falar, esquece que aquilo que ele diz vem de outro lugar, não é seu, que já foi dito, com outros sentidos, em condições de

dito alhures: assim, a noção discursiva de pré-construído deve ser distinguida da noção lógica de pressuposição."

produção diferentes. E esse esquecimento é constitutivo da formulação dos dizeres, como nos diz Orlandi:

para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. (ORLANDI, 2009, p.33)

É dessa maneira que a memória discursiva trabalha em relação aos sujeitos: na constituição dos dizeres. O que é dito só pode ser dito porque já faz sentido. E é assim que os depoimentos e comentários analisados neste trabalho são afetados pela memória de algo anterior, por um já-sabido (que parece ser único) entre as mulheres. Ao analisá-los, percebemos que as experiências de cada indivíduo com a violência se dão em condições diferentes, em contextos diversos, mas, ao serem discursivizadas, essas experiências parecem se repetir, de um modo que os depoimentos se tornam tão parecidos ao ponto de produzirem um efeito de que as histórias são as mesmas, de que os sujeitos - os “personagens” - são os mesmos.

Uma repetição bem comum encontrada nos discursos das mulheres que escrevem no site da campanha “Fale Sem Medo” é o uso da palavra “sempre”. Vejamos alguns exemplos nas seguintes sequências discursivas (Sds)*:

Sd01 (depoimento) – “estou casada a mais ou menos sete anos meu marido é alcolatra e como muitos agressivo, fora da bebida **ele** é uma ótima pessoa mais quando bebe que **sempre** vira um mostro quebra toda a casa me bate fala coisas que me magoam já tentei larga dele mais **ele sempre** insiste em voltar e **eu** acabo voltando”

Sd02 (depoimento) – “pegou o carro e ameaçou bate-lo, me bateu no carro e quando chegamos na casa dele, ele quebrou tudo, agrediu pai, mãe, pegou faca para me matar..enfim horrível...mas como **sempre** no outro dia **ele** pediu perdão”

Sd03 (comentário) – “Amiga, **sempre** começa assim, **eles sempre** são os caras mais apaixonados, carinhosos, controem **na gente** sonhos de nos casarmos”

O advérbio “sempre”, nesses discursos, remete, num olhar *en passant*, a uma memória de “continuidade”, de que “não há perspectiva de mudança”, num

9 Demonstramos o funcionamento das formações discursivas no capítulo 5.

*Os erros ortográficos já estavam presentes nos texto originais e serão conservados neste trabalho, pois, embora não tenhamos nos detido na análise

efeito de sentido de “sem fim”, “sem interrupção”, “a qualquer tempo” e “de maneira definitiva”. No entanto, se analisarmos com um olhar discursivo, percebemos que esse “sempre” tem efeitos de sentidos diferentes em cada Sd. Vejamos:

Na Sd01, **sempre** parece remeter ao **ele** de uma história específica, **individual, é ele** (o outro personagem dessa história) **quando... que, sempre**. Aqui, a história parece ser só dessa mulher, que, dentro desse “seu universo”, até reconhece-se em uma exterioridade, uma história parecida com a sua, ao tentar mostrar que **ele** (alcolatra/como muitos agressivo) e **ela** (já tentei larga dele) repetem atitudes de outros personagens, de outras histórias, mas retorna para o individual (eu acabo voltando).

Na Sd03, **sempre** parece ter um efeito de **coletivo: são eles que sempre**, [a história] **sempre**. Esse sujeito reconhece-se na história específica de outro(a), subjetivando-se de tal forma que insere-se em **na gente**. A história individual parece transformar-se numa história coletiva (histórica/externo) que se repete “sem cessar”, “sem fim”.

Já na Sd02, **sempre** parece remeter a **ele** e a **eles** ao mesmo tempo, num movimento **intermediário** de externo e interno (**como** eles → outros → **ele pediu**) produzindo um efeito de **continuidade** da história individual devido à história coletiva.

Esse *efeito de continuidade* parece costurar-se a um saber não-dito nessas sequências, exterior e anterior a elas, mas que é também um já-dito, constantemente trabalhado e retomado nos discursos que procuram explicar como se dá o processo de violência contra mulheres: a concepção de “ciclo da violência”¹⁰. E esse “saber histórico” compartilhado por esses sujeitos (pela memória discursiva) de que, “por ter sido sempre assim, sempre será assim”, está costurado a uma imagem histórica do sujeito masculino (“ele”, “eles”) reconstruída por esse sujeito feminino que busca se situar em uma formação discursiva de “resistência ao que está dado”: a dominação do masculino sobre o feminino. Por compartilharem esse “saber”, nas condições de produção já descritas, e pela formação discursiva em que estão inscritas, os sujeitos femininos desses discursos se identificam:

desses “equivocos”/“lapsos da escrita”, acreditamos que esses são constitutivos do sistema falho da língua e, conseqüentemente, produtores de sentidos.

¹⁰ Expressão bastante utilizada nos discursos de “enfrentamento à violência contra a mulher”. Em nossa pesquisa, encontramos que essa expressão foi cunhada pela psicóloga americana Lenore Walker no livro intitulado *The Battered Woman* (1979) em que ela apresenta um modelo de “Ciclo de Violência” que procura explicar como ocorre a violência entre homens e mulheres que vivem relações afetivas, indicando as razões pelas quais a vítima tem dificuldade

“nós” (“na gente”, “eu”) = sujeito feminino X “eles” (“os caras”, “mostro”)

Por outro lado, a imagem desse outro masculino divide-se quando o sujeito feminino reconhece um “outro lado” do sujeito masculino: “fora da bebida, ele é uma ótima pessoa”, “apaixonados”, carinhosos”. Esses “dois lados” do outro parecem disputar o imaginário do sujeito feminino: “**insiste** em voltar, e eu acabo voltando”, “no outro dia, ele **pediu** perdão”, “**constroem** na gente **sonhos**”.

Assim, para os sujeitos femininos que (re)produzem os discursos acima, os saberes por elas compartilhados parecem ser evidentes. Esse efeito de evidência (“é assim”, “está pressuposto”), na perspectiva da AD, é papel da ideologia, conforme Orlandi (2009):

Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. (...) A evidência do sentido - a que faz com que uma palavra designe uma coisa - apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória). (ORLANDI, 2009, p. 46)

Desse modo, podemos compreender a importância da memória discursiva na formulação dos dizeres e na sustentação dos sentidos veiculados pelos discursos que constituem esses dizeres. O interdiscurso, recuperado pelo sujeito em termos de memória discursiva, trabalha no que é dito de um modo “paradigmático”, possibilitando o dizer, determinando os sentidos do que se diz, ao mesmo tempo em que a ideologia trabalha no sentido de disfarçar essa determinação, fazendo parecer que o que é dito só pode ser dito daquela forma e que o sujeito é “dono” daquilo que diz. Esse aspecto nos leva à relação do sujeito com a formação discursiva, que discutiremos a seguir.

5 CONCEPÇÃO DE SUJEITO E DE FORMAÇÃO DISCURSIVA EM ANÁLISE DO DISCURSO: O sujeito funcionando no discurso

A Análise de Discurso de linha francesa se coloca como uma teoria de questionamentos. Questiona-se o tempo todo, sem acomodações, o que a caracteriza como uma teoria “bastante dinâmica para a qual as análises servem para realimentar a teoria” (INDURSKY, 2008, p.9). Dessa forma, as noções teóricas na AD são, em cada análise, revisitadas, podendo até ser reformuladas. Indursky (2008) faz um percurso histórico da **noção de sujeito**, retomando-a, a partir de escritos de Pêcheux e Courtine, para repensá-la em relação a outras duas noções: a de *forma-sujeito* e a de *posição-sujeito*. Nesse percurso, discute também a noção de *formação discursiva para explicar* o funcionamento do sujeito no discurso.

A autora retoma as primeiras noções de sujeito formuladas por Michel Pêcheux em *Analyse Automatique du discours* (1969) onde o sujeito é concebido como “um lugar determinado na estrutura social” e, em um trabalho posterior (*Les Verités de La Palice*, 1975), quando, a partir da proposta do que Pêcheux chamou de “uma teoria não-subjetiva da subjetividade”, o “autor dá início à articulação de duas noções - inconsciente e ideologia - essenciais para entender sua concepção de subjetividade” (INDURSKY, 2008, p.10). Nessa perspectiva, o sujeito não está na origem do dizer, pois é **duplamente afetado**: é dotado de **inconsciente** e interpelado pela **ideologia**. Temos, então, um *sujeito histórico-ideológico* que é “interpelado ideologicamente, mas não sabe disso e suas práticas discursivas se instauram sob a *ilusão* de que ele é a origem de seu dizer e domina perfeitamente o que tem a dizer” (Ibid., p. 11).

Como, então, esse sujeito afetado pelo inconsciente e pela ideologia funciona no discurso? Aí precisamos abordar um conceito essencial para a AD, o de formação discursiva (FD) que, segundo Indursky, “corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos, que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando ‘o que pode e deve ser dito” (Idem). O indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso pela formação discursiva com a qual se identifica e pela qual é determinado.

É por este movimento de identificação com uma FD, e conseqüentemente com os elementos de saber organizados e enunciados discursivamente nela (seus

já-ditos ou, como vimos, seu pré-construído, em sua relação com o interdiscurso), que o indivíduo pode reconhecer-se como sujeito. Por outro lado, podemos pensar que uma FD só "sobrevive" enquanto houver "vozes anônimas" (de sujeitos) que "(re)enunciem" seus dizeres. Porém, essa relação de "assujeitamento" do sujeito à FD nem sempre se dá de maneira "tranquila", ou seja, sem uma resistência do sujeito à interpelação da ideologia. O indivíduo, ao subjetivar-se, relaciona-se com essa "voz sem nome", um "outro" que fala de um "lugar" social e histórico, e que delimita o dizível desse lugar em relação ao dizível em outros lugares (outras FD's). A identificação com esse "outro" pode ser pacífica ou não. Um desejo inconsciente do sujeito de estar na origem do que diz parece provocar uma busca por uma "liberdade inovadora", uma vontade de singularidade, de ser/ver/fazer diferente, o que também é constitutivo do sujeito. A respeito disso, Pêcheux escreveu:

(...) três anos após (...) atendo-me a dois pontos incontornáveis: - não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso "ousar se revoltar"; - ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso "ousar pensar por si mesmo". (PÊCHEUX, 1988 [1982], p. 304)

Essa relação do sujeito com a formação discursiva ocorre, segundo Pêcheux (1988), pelo viés da *forma-sujeito*, o *sujeito universal* da formação discursiva, o "outro" que organiza os saberes nela presentes. Como funciona, então, esse "outro" constitutivo do dizer?

Ainda segundo Indursky (2008), a noção de forma-sujeito, quando introduzida por Pêcheux (1975), apresentou-se dotada de bastante *unicidade* sendo concebida como uma "reduplicação da identificação", ou seja, o indivíduo, ao inscrever-se em uma formação discursiva, seria interpelado em sujeito do seu discurso devido à identificação total com os saberes organizados naquela FD, reduplicando diretamente os saberes como se fossem seus. Quanto a essa primeira concepção da forma-sujeito, Indursky aponta que "pensar a forma-sujeito dotada de unicidade implica, de imediato, entender a formação discursiva fechada e homogênea" (Ibid., p. 12).

A partir daí, a autora apresenta a reconstrução - proposta pelo próprio fundador da Análise do Discurso - da noção de forma-sujeito para o que o autor chamou de "modalidades da tomada de posição", relativizando assim a

“reduplicação da identificação”.

Ocorre, então, o desdobramento da forma-sujeito em três modalidades: **1)** identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD caracterizando “o discurso do **‘bom sujeito’**”; **2)** identificação parcial do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD com a qual ele se identifica caracterizando o discurso do “**mau sujeito**”: o sujeito do discurso que, através de uma tomada de posição, se contrapõe à forma-sujeito que organiza os saberes da FD com a qual ele se identifica, trazendo para o interior da FD outros saberes, de outras FDs, sem, entretanto, desidentificar-se totalmente da primeira. A partir dessa modalidade, que concebe o desdobramento da forma-sujeito, tem-se a instauração da possibilidade da dúvida, do questionamento, do distanciamento e da divergência no âmbito da formação discursiva, uma vez que a forma-sujeito afeta a própria formação discursiva a qual organiza. A consequência disso é uma nova concepção de formação discursiva, agora **heterogênea**, que “passa a ser dotada de *fronteiras suficientemente porosas*, que permitem que saberes provenientes de outro lugar, de outra FD nela penetrem”; **3)** desidentificação do sujeito de uma formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito para identificar-se com outra formação discursiva e sua forma-sujeito, o que não representa a “tão sonhada liberdade” do sujeito do discurso, pois a ideologia, seja ela qual for, permanece como constitutiva desse sujeito. O indivíduo, para subjetivar-se, sempre estará identificado a alguma formação discursiva. O que existe, então, é “um certo espaço de liberdade” para movimentar-se de um domínio de saber para outro que até então era impossível de ser assumido e reproduzido pelo sujeito por não existirem as condições de produção adequadas para tal rompimento, como afirma Indursky (Idem):

Em um determinado momento, sob o efeito de determinadas condições de produção, o sujeito do discurso pode romper com o domínio de saber em que estava inscrito e, em consequência, identificar-se com outra FD. Esta capacidade de migrar de um domínio de saber para outro indica o espaço e a dimensão de sua 'liberdade'.

Como vimos, a reformulação da noção de formação discursiva é decorrente da reformulação teórica da noção de forma-sujeito desdobrando-se em modalidades de tomadas de posição. Assim, se o desdobramento da forma-sujeito afeta a FD, afeta também o relacionamento do sujeito do discurso com a FD, abrindo-lhe “brechas” que lhe permitem “circular” entre os domínios de saber, a

partir de seu desejo de identificação ("sou" o mesmo) e de singularidade ("sou" o diferente), posicionando-se, ocupando espaços que reclamam sujeitos.

Desse modo, se sujeitos circulam entre FD's, ocupando posições de sujeito, aquelas estão sempre sendo "invadidas" por saberes oriundos de outras, e aí, entre elas, podem ser estabelecidas relações de aliança ou de embate, em que os saberes podem "namorar", "casar", "divorciar", "entrar em regime de celibato" ou "começar uma nova relação". Concebe-se, então, a noção de heterogeneidade constitutiva das FDs, de suas formas-sujeito e dos sujeitos que nelas se inscrevem ao constituírem-se, imaginariamente, como sujeitos "de seus discursos", o que produz, nessa relação, como propõe Courtine (com base no termo cunhado por Pêcheux, em 1975), *efeitos-sujeito no discurso*:

Concebemos, portanto, uma *posição de sujeito* como uma relação determinada que se estabelece em uma relação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada formação discursiva. Essa relação é uma relação de identificação cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso. A descrição das diferentes posições de sujeito no interior de uma FD e dos efeitos que estão ligados a ela é o domínio de descrição da forma-sujeito. (COURTINE 2009 [1981], p. 88)

Seguindo seu trabalho de retomada da noção de sujeito, Indursky ainda apresenta o que chama de "fragmentação da forma-sujeito", reorganizando esta noção como "um conjunto de diferentes posições de sujeito, e não apenas duas, e é esse elenco que vai dar conta da forma-sujeito" (Ibid., p. 18).

Se a forma-sujeito é um elenco ou um conjunto de diferentes posições de sujeito coexistindo - ao mesmo tempo, concorrentes e "irmãs" - em uma mesma FD, pode-se dizer, então, que, quem ou o que regula aquilo que pode e deve ser dito nessa FD é uma *posição-sujeito dominante* em relação às outras do conjunto. E essa condição pode prevalecer até que ela seja "derrubada" por uma outra posição-sujeito, num movimento de reformulação do modo de relacionar-se com a ideologia vigente. Ou seja, no interior de uma mesma FD, há uma tensão entre posições-sujeito, de onde deriva a instauração da diferença e da divergência.

Ainda sobre essa relação tensa entre posições-sujeito de uma mesma FD, temos em Cazarin (2007, p. 115) uma diferenciação entre os termos *divergência* e *diferença*: o primeiro entendido como discordância e o segundo, como diversidade. Vejamos:

Nas pesquisas realizadas, concebo a diferença como diversidade, variedades de pontos de vista que não são iguais, mas convivem em uma mesma posição-sujeito; e a divergência como discordância, ou seja, como posições de sujeito que progressivamente se afastam e que, embora convivam no interior de um mesmo domínio de saber, marcam essa convivência pela tensão.

Vimos, então, que a AD concebe um sujeito exposto à e constituído pela contradição, pois precisa ocupar posição(ões) de sujeito em condições de produção determinadas, ou seja, nas "famílias de discurso" (FDs) às quais o indivíduo precisa se filiar (sendo interpelado pela ideologia) para se constituir como sujeito e para dizer o que diz (tornando-se um sujeito enunciador). Essas "famílias" (heterogêneas) são constituídas de elementos de saber discursivizados (enunciados discursivos) e sempre se organizam - num plano interdiscursivo - em relação a outras FDs. A relação entre as FDs pode ser mais ou menos intensa (umas se aproximam mais do que outras, invadindo e sendo invadidas), dependendo de como os sujeitos vão se posicionar, de como vão ocupar seus "lugares" e de como vão reformular enunciados oriundos de outras FDs.

A partir dessas reflexões sobre sujeito e FD, começo a tecer minhas questões em relação aos depoimentos e comentários dos indivíduos que escrevem (e se inscrevem) no site da campanha "Fale Sem Medo", no que diz respeito à constituição desses indivíduos em sujeitos de seu discurso: **a) Que sujeitos são esses? b) O que há de divergência ou de diferença nos relatos que demonstram posições de sujeito que tensionam, que questionam?**

5.1 Posições de sujeito assumidas frente à violência doméstica contra a mulher.

As reflexões sobre as concepções de sujeito e FD na AD levaram-nos ao seguinte questionamento: Quem é esse sujeito dos depoimentos e comentários inscritos no site da campanha "Fale Sem Medo"? Nessa tentativa de compreensão de como se dá o processo de identificação desse sujeito, pretendemos investigar, em "seus" discursos, o "não-dito no dito, o externo marcado no interno, o linguístico

e o histórico constitutivos do discurso” que fazem surgir o efeito de evidência (MITTMANN, 2007, p. 1005).

Desse modo, buscamos delinear, primeiramente, como é essa FD em que se inscrevem esses indivíduos para identificarem-se como sujeitos de seu discurso. Após, tentaremos identificar, nas sequências discursivas recortadas, diferentes posições de sujeito dessa mesma FD. Por último, examinaremos as relações entre essas posições de sujeito, procurando o que há de divergência e de diferença entre elas.

Para pensarmos a FD em que se inscreve o sujeito dos depoimentos e comentários analisados, partimos de uma afirmação de Guedes, Silva e Coelho (2007, p. 363), de que “a violência contra a mulher é resultado **de relações de poder construídas ao longo da história pela desigualdade de gênero e consolidadas por uma ideologia patriarcal e machista**” (grifo nosso).

Em uma relação de oposição a essa “ideologia patriarcal e machista” e contrapondo-se também às relações de poder estabelecidas historicamente, delineamos uma **FD de enfrentamento (FD2)**. Essa FD delinea-se na oposição e pelo enfrentamento (daí a sua denominação) ao que chamaremos aqui de **FD de dominação (FD1)**, que é a da ideologia patriarcal e machista condescendente com a violência contra a mulher¹¹.

A FD de enfrentamento interpela o indivíduo em um **sujeito “de poder”** (“você pode”, “você poderá”), **“de direito”** (“Em 2009, um dos objetivos da campanha Fale Sem Medo foi divulgar a *Lei Maria da Penha*”), **“de saber”** (“clique e *saiba* mais sobre a Lei Maria da Penha”, “com *orientação*, toda mulher *pode* sair do círculo de violência que a envolve”, “o que você *precisa saber* sobre a violência doméstica contra a mulher”) e, portanto, **sujeito “de ação”** (“Mostre que tem *atitude*”, “ligue 180”). Além das expressões de *enfrentamento*, há outras que se repetem nessa FD: *causa, fortalecimento, força, coragem, aderir, combater, engajar, divulgar e ajudar*. A voz sem nome que atualiza esses dizeres nas condições de produção dadas é a voz da Instituição (assumindo, como vimos, os papéis de *interpelação e mediação*), que ecoa, principalmente, nos comentários:

¹¹ Não apresentaremos aqui análises da FD de dominação, já que não é nosso objeto. Mas, como veremos, os saberes dessa FD estarão presentes como pré-construído nos discursos da FD de enfrentamento.

Sd04 – “Roberta, **ligue 180** e peça orientações sobre sua situação. O atendimento é 24 horas, sigiloso e pertence à Secretaria Especial de Políticas as Mulheres. **Força** e boa sorte!”

Sd05 – “Fabiana, é preciso ter **força** e **coragem** para sair da situação de violência. Mas, acima de tudo, é preciso cautela. Então, **comece ligando** para o Serviço da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, **o 180**. Neste número, você vai receber orientações sobre o que fazer. Eles atendem 24 horas e mantêm todas as informações em sigilo. Não custa tentar! Um grande abraço.”

Sd06 – “Ariadne, considere-se uma mulher de muita **coragem**. Você conseguiu reverter a situação de violência em que vivia. Continue fazendo **terapia** sim e, se precisar de ajuda, **ligue para o 180**. Esse serviço da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres é gratuito, 24 horas, sigiloso e orienta pessoas que convivem com a violência doméstica. Desejo muita **força** e **coragem** nesta nova fase de sua vida! Um beijo.”

Sd07 – “Sei bem o que é morrer em vida, mas comecei a ressuscitar quando procurei uma **terapia**, foi difícil pois o opressor não quer que saíamos, mas acredite, a **terapia** é um passo definitivo para **quebrar o ciclo**. Não sofra sozinha, procure ajuda terapêutica. **Força**, que vc conseguirá.”

Temos aí sujeitos ocupando uma mesma posição de sujeito nessa FD, num processo de identificação plena com a forma-sujeito, reduplicando seus saberes. Consideramos esta posição dominante sobre as outras do conjunto, pois as outras parecem querer “aproximar-se” dela, como se fosse uma posição de sujeito ideal nessa FD. Como vimos, essa identificação plena com a forma-sujeito caracteriza o discurso do ‘bom sujeito’ que reflete espontaneamente o Sujeito provocando a “unicidade imaginária” do sujeito. O efeito-sujeito que surge dessa identificação parece ser o de um **sujeito “de”** [ação, atitude, coragem, força] em forte oposição a um efeito de **sujeito “a”** [violência, dominação, força física do outro, medo] que ocupa ainda uma posição de **submissão** à violência. Posição esta que parece estar nas fronteiras dessa FD, identificando-se, ainda - mas em parte - com a FD de dominação, a da ideologia “patriarcal e machista” que prega a desigualdade de gênero e a dominação do forte sobre o fraco.

Na FD de enfrentamento, por um lado, temos, então, duas posições-sujeito em divergência: a posição-sujeito dominante, de **enfrentamento (PS2)** e a de **submissão (PS1)**. Por outro lado, como o sujeito que se insere em PS1 é interpelado pela modo de se relacionar com a ideologia a partir da PS2, que lhe estimula a “agir”, a mudar de posição, a “tomar uma atitude” temos que PS2 intima

PS1 a **resistir à dominação** e vir para PS2. Portanto, PS1 encontra-se dividido entre resistir e, conseqüentemente, agir ou desistir e continuar em sua posição.

Consideramos, no entanto, que, ao se identificar em FD2, ao “falar” da violência, o sujeito de PS1 está dando o “primeiro passo” para a mudança, assumindo **uma posição-sujeito de resistência à violência**. Temos, assim, entre PS1 e PS2, a **posição de resistência (PS1/2)**. Tentamos, abaixo, ilustrar esses posicionamentos de sujeito:

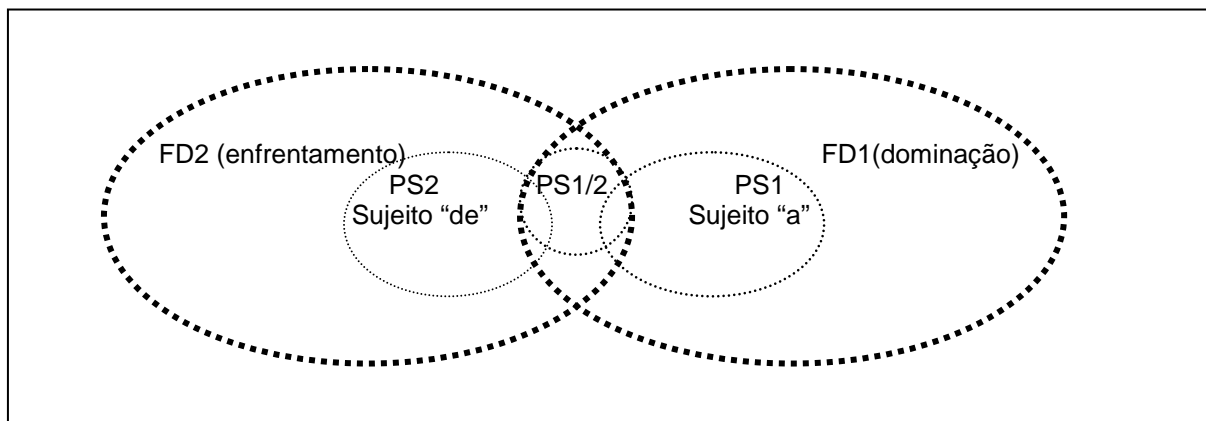


Figura 2 – Posições de sujeito

Como se materializam no discurso esses posicionamentos de sujeito? Pensemos, mais uma vez, sobre as ocorrências da palavra **sempre** e seus efeitos de sentido nos depoimentos e comentários. Anteriormente, analisamos três seqüências discursivas onde a palavra **sempre** se apresentava com efeitos de sentido diferentes em cada formulação. Consideramos que: para Sd 01, temos **sempre** relacionado a **ele**, “personagem” de uma **história individual, específica**; em Sd 03, **sempre** remete a **eles**, “personagens” de uma **história coletiva**. As duas posições de sujeito parecem estar em pólos diferentes, o que nos leva a considerar que, em Sd 01, temos um sujeito “a” mais próximo de PS1-de submissão e, em Sd 03, aparece um sujeito “de” identificando-se com PS2-de enfrentamento. Já em Sd 02, **sempre** apresentava um efeito de referir-se, ao mesmo tempo, a **ele** e a **eles** como se o sujeito que formulasse esse dizer reconhecesse em sua história específica algo de uma história coletiva e já estivesse em uma **posição intermediária**, quase pronto a fazer a “passagem” de uma posição de submissão a

uma de enfrentamento. Encontramos, assim, em Sd 02, um sujeito em PS1/2-de resistência.

Agora, se analisarmos a palavra **atitude** utilizada em PS2, perceberemos que ela produz também diferentes sentidos em PS2. Vejamos:

Sd08 – “Minha querida, sua vida e **suas decisões é vc q precisa tomar**, mas se posso lhe dar um conselho , então lá vai: Eu acho q vc deve priorizar seu filho, pensa comigo,ele hoje é um menino ,mas será em breve um Homem e vai crescer vendo uma outra pessoa maltratar vc? Seria justo isso com ele e com vc mesma e q espelho vc se tornaria p ele? muitas perguntas ficariam em sua mente tão inocente, aproveite hj e **tome atitudes**,mas não se cale hj por conta do futuro de seu filho, pq tenho a certeza q vc não gostaria de ver ele(seu filho) fazendo isso com a esposa, pensa nisso, tá? Fique com Deus e **tenha atitude**.”

Sd09 – “Sua **atitude [falar sem medo]** será reconhecida e **você** poderá **ajudar** milhares de mulheres nesta causa de solidariedade.”

Em Sd08, **atitude** parece referir-se à **ação de transformação** que o sujeito deve tomar em sua **situação específica**, individual (“suas decisões é vc q precisa tomar”), enquanto que, em Sd09, a atitude [ação] de falar remete a uma **ação de transformação do coletivo** (“você pode ajudar”). Assim, a PS2, enquanto posição ocupada por um sujeito “de” [atitude=ação] também se divide em diferentes posições:

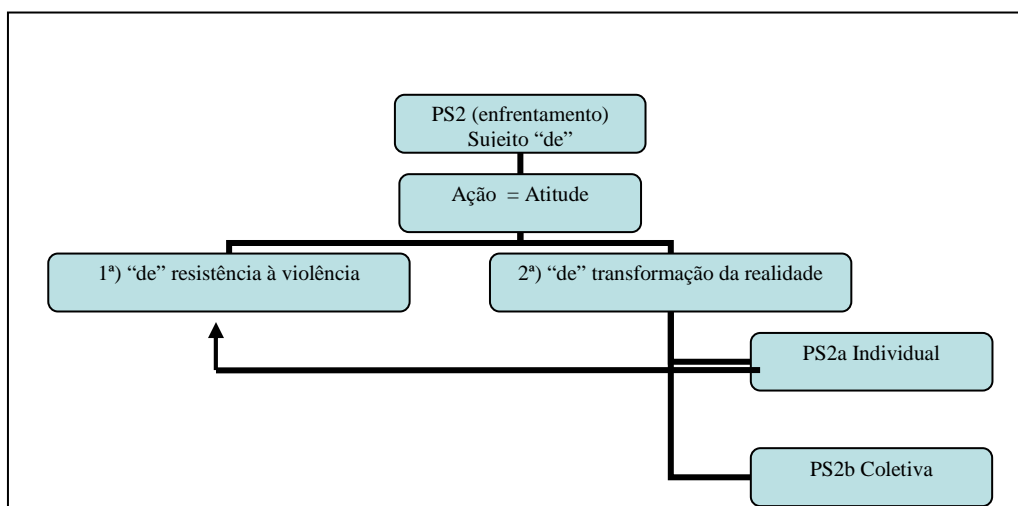


Figura 3 – Diferentes posições em PS2

Aqui retomamos, então, o que Cazarin (2007) concebe como a diferença

dentro de uma mesma posição-sujeito: “diferença como diversidade, variedades de pontos de vista que não são iguais, mas convivem em uma mesma posição-sujeito”. Na Figura 3, mostramos como PS2-de enfrentamento divide-se em PS2a (posição-sujeito de transformação da realidade individual que, por sua vez, interpela a posição-sujeito de resistência a transformar sua própria realidade, conforme vimos na Sd08) e em PS2b (posição-sujeito de transformação da realidade coletiva, conforme vimos na Sd09). PS2a e PS2b convivem em uma mesma posição-sujeito, e não divergem entre si. A relação entre elas é de diferença, ou seja, a causa (enfrentamento à violência) é a mesma, mas os objetivos (individual ou coletiva) são diferentes.

Para além das posições de sujeito apresentadas, ainda encontramos uma outra em FD2-de enfrentamento, a qual parece situar-se também nas bordas dessa FD, mas não mais na fronteira com a FD1-de dominação, e sim apontando para um outro tipo de relação entre o feminino e o masculino:

Sd10 – **“Sempre fui uma mulher com muita atitude, trabalho fora, faço artesanato,tenho uma filha e um marido muito amado.Sempre estamos juntos e penso que o bom estarmos felizes mesmo com muita dificuldade as vezes eu e meu marido,temos muito problemas mas eles ficam pequenos pro estarmos juntos pense nos seus filhos para se recuperar e saiba que nada é maior que este amor afaste desse homem creia em Deus que você será muito feliz ninguém é maior que sua garra de ser livre. Que DEUS TE ABENÇOE E TE GUARDE PAREDE SOFRER E NÃO OLHE PARA TRÁS,eu te desejo toda a alegria de ser filha de Deus,BEIJOS Nilda”**

Que posição-sujeito é essa? Não é de sujeito “a” pois não aparece “submissão”. Percebemos que o outro (“personagem” da história individual do sujeito feminino enunciador) não é visto como um sujeito a ser enfrentado. O sujeito feminino parece se colocar numa posição de sujeito “de” e “com”, que aponta para uma possibilidade de **parceria com atitude feminina**. Consideramos, então, que esse sujeito está identificando-se com uma terceira posição de sujeito em FD2 (PS3), que chamamos de **posição-sujeito de parceria**. Mas, por que PS3-de parceria ainda se situa em FD2-de enfrentamento? Porque a questão do enfrentamento à violência não é apagada (“afaste desse homem”, “pare de sofrer”). O que muda aqui é que aparece um modo diferente de pensar o relacionamento entre homens e mulheres (nem a relação de dominação/submissão, nem a relação de dominação/enfrentamento), ou seja, esse sujeito feminino enunciador parece apontar para a possibilidade de se conviver sem dominação (“juntos”).

Vimos, assim, que os sujeitos dos depoimentos e comentários inscritos no site da campanha Fale Sem Medo precisam ocupar posições de sujeito em determinada FD, sendo interpelados pela ideologia relacionada a essa FD, para se subjetivarem, se reconhecerem como sujeitos. A possibilidade de liberdade desse sujeito está vinculada à posição de sujeito em que ele se coloca, podendo mover-se de uma posição para outra, pois, para constituir-se como sujeito, é preciso se assujeitar à ideologia.

Por fim, achamos importante dizer que o assujeitamento, no processo de identificação desses sujeitos, deve ser entendido em ordens distintas. O assujeitamento que ocorre em FD1 legitima a violência pela ideologia patriarcal e machista, em que as relações entre os sujeitos se baseiam na desigualdade de gêneros. O assujeitamento dos sujeitos de FD2 acontece em relação à ideologia de que se deve enfrentar a violência, não aceitando a desigualdade de gêneros.

6 A ESCRITA DE SI NA (RE)CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Ao debruçarmo-nos sobre os textos analisados neste trabalho, em busca de regularidades que delinearíamos as formações discursivas, deparamo-nos com um modo “singular” de falar sobre a violência doméstica contra a mulher, forma que provocava um efeito de igualdade entre esses textos (como se fossem os mesmos): a maioria dos depoimentos (e alguns comentários) presentes no site da campanha “Fale Sem Medo” se apresentam seguindo uma forma de narrativa em primeira pessoa. Ou seja, em geral, o que se apresenta é a história do sujeito narrador, uma narrativa de si, com marcas lingüísticas bem próximas da oralidade, mas materializada e “regrada” pela escrita. Passamos a refletir, então, sobre **como o dizer desses sujeitos é determinado e como o modo de dizer (pela escrita de si) afeta o processo de identificação dos sujeitos.**

Como vimos, “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 77) que determinam não só o que (não) pode e (não) deve ser dito, mas também a maneira como se diz. Nesse sentido, podemos observar que uma das condições de produção determinantes desse modo de dizer é a interpelação através do “sujeito-mediador” presente no site, voz sem nome que, representando a instituição organizadora do espaço (Instituto Avon), regula o que é dito e, de certa forma, o modo de dizer o que é dito: “Conte sua história”.

Nesse sentido, o sujeito que se inscreve nessa rede discursiva, é interpelado, ao inscrever-se, em sujeito narrador de sua história, pelas regras colocadas pelo sujeito-mediador. Dessa forma, o convite para a inscrição pela narrativa-escrita parece restringir-se por um apagamento (esquecimento) das possibilidades de outras formas de dizer (textos dissertativos, poéticos, imagéticos, vídeos ou gravações – formas que materializariam a oralidade –, etc.), o que leva o sujeito a se apresentar posicionando-se como um “autor-narrador de si pela escrita”.

Assim, se o sujeito se posiciona é porque já existe uma posição a ser ocupada, posição historicamente determinada pelo pré-construído, mas inconscientemente esquecida pelo sujeito ao produzir seu dizer. Gallo (2001, on-line), ao explicar o conceito de pré-construído, exemplifica esse posicionamento do sujeito (que a autora vai chamar de função-autor):

Paul Henry propõe o termo “pré-construído”, para dar conta dessa presença do outro, que não é o outro enunciativo, nem o outro interdiscursivo, o primeiro, pontual demais, o segundo, amplo demais. *O pré-construído é o outro do interdiscurso, circunscrito em uma região histórica e ideológica, delimitada no acontecimento do discurso.* Por exemplo, ao produzir um conto, o sujeito ocupa a posição de contista, que é já cunhada historicamente. Ele não inventa a posição. Essa é uma posição do sujeito do discurso literário, que já está lá para ser assumida. (grifo da autora)

Dessa forma, podemos pensar que aquele que escreve uma história de si insere-se num dos modos de dizer que é o da narrativa. Não entraremos aqui na questão de como se constitui a narrativa nem na dos gêneros discursivos, pois não é este o nosso objeto. O que queremos destacar é que tanto o que se diz quanto o modo como se diz é determinado pelas condições de produção em que é produzido esse dizer.

Nesse sentido, interessa-nos nessas narrativas de si a questão da temporalidade enquanto modo de o sujeito identificar-se ao construir (para si e para os outros) imagens de si. Segundo Mishler (2002 apud BASTOS e SANTOS, 2006, p. 225) é necessário compreender que “a estrutura narrativa é muito mais do que uma simples sequência de eventos no passado, uma vez que os indivíduos estão atuando no presente em direção a um estado futuro e desejável ou para longe de um estado indesejável de coisas futuras”. Desse modo, na escrita de uma narrativa de si, o passado é recortado pelos sujeitos dos depoimentos e interpretado em relação à imagem que o sujeito faz de si no presente e em relação à projeção de uma imagem futura desejável de si. Além disso, Mishler (Idem) também observa que “podem ocorrer narrativas sem uma estrutura cronológica bem formada” e cita como exemplos, “narrativas de sobreviventes de traumas (de guerra, de abuso sexual) e “narrativas produzidas em conversações espontâneas (de solução de problemas, de conflitos), nas quais os narradores procuram organizar suas experiências de vida em meio a vários tipos de confusão e incerteza”. Vejamos, por exemplo, como o passado, o presente e o futuro misturam-se nos seguintes depoimentos:

Sd11 – “estou casada a mais ou menos sete anos meu marido é alcolatra e como muitos agressivo, fora da bebida ele é uma ótima pessoa mais quando bebe que sempre vira um mostro quebra toda a casa me bate fala coisas que me magoam já tentei larga dele mais ele sempre insiste em voltar e eu acabo voltando tivemos uma briga no final do mes passado sai de casa pois ja nao tava aguentando ele fiquei fora uns 15 dias de tanto ele instir fica atras de mim onde eu ia e me prometer que nao ia beber mais, enfim voltei só que ja me arrependi no outro dia mesmo ele continua bebendo ainda nao me bateu acho que nao vai demorar nao sei o que fazer queria muito me asfatar dele”

Sd12 – “Vivo há dois anos e cinco meses com a violência doméstica [...] ele mora na minha casa, não permite que eu visite meus pais, [...] rompi com todos meus amigos que ele odeia seja homem ou mulher, proíbe roupa, atitude, ouvir música, assistir filme, querer ler algum livro, me critica o tempo inteiro. CONCLUSÃO: meu príncipe virou sapo, nunca imaginei que fosse cair neste tipo de relacionamento, tenho duas faculdades (Letras e Direito) e fiquei uma pessoa inerte nestes dois anos e cinco meses. HOJE: Estou em tratamento terapêutico, pus ele pra fora de casa há 18 dias, choro horrores, parece que não sei caminhar sem o monstro, estou esperando os efeitos da terapia começarem. ELE, me persegue, me liga, tenta me controlar e EU lutando para reconquistar a mulher que ele conheceu e quase matou em dois anos e cinco meses.”

Sd13 – “moro com uma pessoa a 8 anos e sempre fui agredida inclusive fisicamente aguento isso porque tenho um filho especial e não posso trabalhar fora sou manicure e não consigo sustentar meus filhos sozinha tenho 3 filhos os meus 2 filhos mais velhos o pai deles já morreu não tem ninguém pra me ajudar não aguento mais espero conseguir sair dessa pois já estou deixando de acreditar na vida sofro muito mais por enquanto não sei o que fazer com essa lei brasileira denuncia-lo pouco se resolve as vezes até complima mais.”

Sd14 – “Moro há 3 anos com um rapaz 4 anos mais novo, tenho um filho de 10 anos. Ele sempre foi muito ciumento e tinha diminuído um pouco, mas de uns 3 meses para cá, ele ficou desempregado e bebe nos finais de semana e me ofende, xinga, na frente do meu filho, fala que eu traio ele, etc, sofro muito, ele não fica comigo final de semana e resolvi me separar, falei pra ele e ele veio me pedir perdão, mas ja perdoei inumeras vezes e nao quero perdoar mais, mas tenho medo de ele se dar mal na vida. Isso não é amor acho eu, mas tenho medo de faze-lo sofrer, me sinto culpada. Mas vou me separar dessa vez pq penso no meu filho que ja esta se irritando.”

Parece-nos por essas sequências que a questão da violência precisa ter um começo nesses depoimentos (“quando bebe que sempre vira um monstro”, “sempre fui agredida”, “o pai deles já morreu”, “de um 3 meses para cá”,) para explicar o presente (“eu acabo voltando”, “ele mora”, “não permite”, “proíbe”, “hoje”, “eu lutando para reconquistar a mulher”, “moro”, “aguento”, “sofro muito”) e projetar um futuro desejável de fim da violência (“queria muito me afastar dele”, “estou esperando os efeitos da terapia começarem”, “CONCLUSÃO”, “espero conseguir sair dessa”, “vou me separar dessa vez”). Além disso, o presente narrado também atua na projeção da imagem que o sujeito, no momento da escrita, está fazendo de si e do sujeito agressor.

Percebemos, assim, que esses sujeitos parecem ter necessidade de se situar/se projetar no tempo para que sua identificação seja compreendida. Ora, compreendida por quem? Para o próprio sujeito e para um “outro” constitutivo de seu dizer. Esse aspecto também nos leva a refletir sobre outra condição de produção dessas histórias de si: os escritos analisados neste trabalho são produzidos e

apresentados em um suporte eletrônico da internet, por intermédio do qual os dizeres são compartilhados com outros sujeitos possibilitando uma interatividade virtual entre sujeito-autor e sujeito-leitor. Desse modo, a escrita de si, inscrita nesse “não-lugar da internet” (CORACINI, 2005, p. 43), apresenta-se como uma prática discursiva de confidências de si para um “outro” - leitor desconhecido “tão ou mais virtual do que o leitor virtual do texto-papel” (Ibid., p. 44) – diferenciando-se, por exemplo, das confidências escritas de si para si nos diários de papel.

Para Foucault (1992), seja qual for a função a que se destina - informar, aconselhar, exortar, consolar - a escrita de si constitui-se em um exercício, um treinamento para o escritor que, ao escrever, constrói-se enquanto sujeito. É nesse contexto que encontramos a inscrição dos depoimentos e dos sujeitos que os produzem. Os sujeitos que ali se inscrevem estão, de alguma forma, se (re)identificando ao dialogarem com seus sujeitos-leitores numa relação de imagens que, afetando o que se vai dizer, leva aos questionamentos: (PÊCHEUX, 1997 [1969], p.83) **Quem sou eu para falar-lhe (leitor) desse modo e disso que falo? Quem é você para que eu lhe fale assim? Quem sou eu para falar do outro (o sujeito que pratica/praticou o ato de violência)?** Jogo de imagens refletidas no dizer. Espelhamentos de um “eu” pelo “outro”.

Este ato da escrita é, portanto, um encontrar-se com fragmentos de “um outro” e com “um eu” (ao qual se procura acessar em uma imagem de totalidade feita de fragmentos), debatendo-se (no inconsciente) e posicionando-se ante os saberes (aí jogando a ideologia) compartilhados. Foucault vê a escrita desse modo:

Escrever é, pois “mostrar-se”, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro [...] é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz. De certo modo, a carta proporciona um face-a-face. (FOUCAULT, 1992, p.150)

O outro (para quem se fala) se torna constitutivo do dizer no momento em que o que digo é *antecipação* (PÊCHEUX, ibid., p. 84) ao que o outro pode pensar do que digo. E se o outro pode me ver (e aí me interpelar) por intermédio de minha escrita, é preciso que eu lhe construa uma imagem de mim com a qual ele também se identifique. E se o outro me interpela, a imagem que eu lhe der a saber de mim lhe responderá como estou me posicionando. Assim, a escrita de si é, para

Foucault (Ibid., p. 131), “constrangimento”: “O constrangimento que a presença alheia exerce sobre a ordem da conduta, exercê-lo-á a escrita na ordem dos movimentos internos da alma”. Vejamos como esse “outro” imaginário é constitutivo da escrita de si a partir das seguintes sequências discursivas (representamos o que pode ser antecipação à voz do outro entre colchetes):

Sd15 – “já tentei larga dele [*Por que você não larga dele?*] mais ele sempre insiste em voltar e eu acabo voltando”

Sd16 – “conseguir um emprego estou juntado dinheiro calada pretendo sair de casa o mais rápido possível [*Por que você não saiu de casa ainda?*] so não sair ainda porque recebo um salario minimo e pra pagar alugueu plano de saude ficar dificil pois sou diabetica e tenho que ter pelo menos uma geladeira para guarda a isulina a minha situação ta muito complicada recentemente ele comprou uma arma de um policial estou com mais medo ainda quase todos os dias choro com essa situação horrível e ainda pior tem que ir pra cama com ele sinto tanto nojo e horrível [*continue, eu lhe compreendo, sou seu cúmplice*] não vou escrever mais nada pois estou chorando já”

Sd17 – “Eu já o amei tanto, mas sinto que hoje não sinto mais o mesmo. Por ódio, vingança, e por achar que ele não me olha mais como mulher, comecei a traí-lo com outro homem, o contato com ele é diário por telefone, [*Traição não é correto!*] mas pessoalmente só nos vimos uma vez. E por mais que eu sei que não é certo, [*Posicione-se, então! Você se arrepende para ser absolvida?*] eu não me arrependo.”

O outro se manifesta no dizer gerando questionamentos que precisam de resposta e de posicionamento do sujeito que fala/escreve. Esse é um dos mecanismos constitutivos das condições de produção dos discursos, o que faz funcioná-los, produzir sentidos e identificações de toda a sorte, conforme afirma Orlandi (2009, p. 39):

[...] segundo o mecanismo da antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Esse espectro varia desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor.

A escrita-narrativa de si nos depoimentos analisados afeta, portanto, a identificação desses sujeitos, obrigando-os a posicionarem-se diante da situação de violência. Posições de sujeito, como vimos, que podem ser de **submissão**,

resistência, de enfrentamento ou - apontando para algo diferente - **de parceria**. Conforme afirmam Bastos e Santos (2006, p. 224), “é em relação aos outros que nos construímos, manifestando pertencimento a determinados grupos e não a outros, e desenvolvendo sentidos de inclusão e exclusão social”.

Desse modo, a escrita-narrativa de si apresenta-se como uma prática discursiva de extrema importância para a (re)construção do modo de subjetivar-se desses sujeitos, pois representa um primeiro passo para reconhecer-se como submisso e, desse ponto, poder começar um processo de resistência e de enfrentamento à violência que lhe é imposta. Escrever (ou “falar sem medo”) é, então, romper com o anonimato, é fazer(se) existir publicamente. A linguagem em funcionamento (o discurso) mostra, assim, seu caráter social, histórico e ideológico.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão inicial deste trabalho era compreender como o sujeito-mulher se (re)identifica ao falar sobre violência doméstica contra a mulher. Nesse sentido, direcionamos nosso olhar para discursos produzidos por mulheres no site da campanha “Fale Sem Medo” do Instituto Avon, e assumimos uma posição de analista de discurso.

Ao adotarmos uma perspectiva teórica discursiva, não poderíamos simplesmente lançar “qualquer olhar” sobre o material com o qual escolhemos trabalhar, num gesto de leitura que negasse seu caráter interpretativo. E aí se fez necessário delimitarmos nossa prática de leitura segundo alguns dos dispositivos teóricos que a Análise do Discurso nos proporciona: a) a definição de nosso objeto teórico, o discurso, como “efeito de sentidos entre sujeitos” que, materializado pela língua e pela história, é produzido de acordo com condições de produção determinantes; b) a concepção de língua como um sistema não-fechado, não-transparente, heterogêneo e dependente da história e dos sujeitos falantes para produzir sentidos; c) o entendimento de que o sujeito é interpelado pela ideologia e dotado de inconsciente, sendo que, ao falar, se constitui como sujeito assumindo uma posição-sujeito de acordo com a sua identificação com uma formação discursiva e d) a relação que se estabelece entre as formações discursivas (as quais se constituem no interdiscurso e são determinadas pela memória discursiva)

A partir daí, passamos a descrever as condições de produção dos discursos analisados, relacionando-os à sua exterioridade (constitutiva da produção dos sentidos). Nesse processo, fomos percebendo que o que era dito pelos sujeitos que se inscreviam no site da campanha “Fale Sem Medo”, era determinado principalmente pelo lugar em que estavam sendo produzidos. Lugar virtual (internet) proposto como um espaço de debates, uma rede discursiva intermediada pela voz anônima da instituição que também interpelava ideologicamente os sujeitos a assumirem posições diante da violência doméstica. Lugar onde os depoimentos se constituíam como histórias de vida, como narrativas que afetavam tanto os sujeitos dos depoimentos, quanto os sujeitos que comentavam os depoimentos. Assim, vimos que os efeitos de sentido daquilo que

estava sendo dito eram produzidos de acordo com a situação e com os sujeitos envolvidos (circunstâncias da enunciação e contexto sócio-histórico-ideológico).

Para além dessas condições de produção determinantes dos discursos, foi importante abordarmos a implicação da memória discursiva na sustentação dos sentidos. Vimos que é por ela que o terreno do dizível (interdiscurso) possibilita a formulação dos dizeres, sustentando cada tomada de palavra, sendo o lugar do já-dito, do pré-construído. Ou seja, os sujeitos dos depoimentos e comentários analisados só conseguem formular seus dizeres porque eles já foram ditos em algum outro lugar, por outras vozes, outros sujeitos. Os efeitos de sentido dos dizeres que buscam definir o ser mulher e o fato de estar em uma situação de violência doméstica, por exemplo, são trabalhados de tal forma pela memória discursiva, que aparecem como já-sabido para os sujeitos. A memória discursiva age, assim, na constituição dos dizeres e na sustentação dos sentidos veiculados pelos discursos que constituem esses dizeres, relacionando as formações discursiva. Por outro lado, vimos que a ideologia trabalha no sentido de disfarçar essa determinação, pois, sendo interpelado por ela, o sujeito esquece que o que ele diz já foi dito, que o sentido não é “seu”, está determinado pela formação discursiva com a qual ele se identifica para formular o que diz.

Em seguida, impelidos pela questão inicial, e pelas posições que os sujeitos iam assumindo diante do assunto da violência doméstica, fomos delineando os discursos desses sujeitos de acordo com a formação discursiva em que pareciam se filiar para dizer o que diziam. A partir de então, passamos a delimitar as posições-sujeito assumidas e nomeamos as formações discursivas envolvidas (a FD2-de dominação e a FD1-de enfrentamento). Percebemos que as posições-sujeito poderiam ser de **submissão**, de **resistência**, de **enfrentamento** ou de **parceria**. Dessas posições-sujeito delineadas, percebemos que a dominante naquelas condições de produção era a de enfrentamento, a qual provocava uma tensão e uma atração nas outras posições-sujeitos que se relacionavam com ela.

Por fim, refletimos sobre a importância da escrita de si na (re)construção das subjetividades envolvidas. A escrita de si, como materialidade de uma memória necessária para se construir uma identidade no presente e uma identidade desejável para o futuro, agia sobre os sujeitos envolvidos afetando seus modos de se

identificarem e de se posicionarem ante a violência, bem como diante dos outros sujeitos do site. Já como “constrangimento”, a escrita de si afetava o posicionamento dos sujeitos ante a situação da violência sofrida pela mulher, constituindo-se como um primeiro passo, o “falar sem medo”, para colocar esses sujeitos em uma posição de resistência a uma ideologia machista e patriarcal que legitima os discursos de dominação/submissão e a prática da violência contra a mulher como algo natural.

Vimos, assim, que a língua em funcionamento assume um papel fundamental na **transformação** desses sujeitos e, conseqüentemente, na realidade individual e coletiva das mulheres, estejam elas em situação de violência doméstica ou não.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre et ali (orgs.). *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999.

BASTOS, Liliana Cabral ; SANTOS, William Soares dos . Caramba, e eu era assim, pelo amor de Deus: a perspectiva do presente na reconstrução identitária em narrativas de conversão religiosa.. In: MAGALHÃES, Izabel; GRIGOLETTO, Marisa; CORACINE, Maria José (orgs). (Org.). *Práticas Identitárias. Língua e Discurso..* São Carlos - SP: Claraluz, 2006, v. , p. 223-234.

CAZARIN, E. A.. Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo. In: Freda Indursky; Maria Cristina Leandro Ferreira. (Org.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. 1ª ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2007, v. 01, p. 109-122.

_____. Gestos Interpretativos na configuração metodológica de uma FD. *Organon*, Porto Alegre, nº 48, janeiro-junho, 2010, p. 103-118.

CORACINI, M. J. R. F. A escrita de si na internet: histórias ao acaso e o acaso das histórias. In: Shöns, Carme Regina; Rösing, Tânia, M.K. (Org.). *Questões de Escrita*. 1ª ed. Passo Fundo (RS): UPF Editora, 2005, v., p. 42-54.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

FERREIRA, M. C. L.. Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação. In: Orlandi, Eni. (Org.). *A Leitura e os Leitores*. Campinas: Pontes, 1998, v., p. 201-208.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa, Vega, 1992, p. 129 - 160.

GALLO, Solange. Autoria: questão enunciativa ou discursiva? *Revista Linguagem em (Dis)curso*, volume 1, número 2, jan./jun. 2001. Disponível em <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0102/03.htm>>. Acesso em 06 out. 2010.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C.; COELHO, E. A. C.. Violência conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob o olhar de gênero.

Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 09, n. 02, p. 362 – 378, 2007. Disponível em <<http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n2/v9n2a06.htm>>. Acesso em 17 jun. 2010.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy & FUNK, Suzana B. (Orgs.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas, EDUCAT, 2001.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMAN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.) *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre, Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008. (Col. Ensaios, 22).

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. *Quem é esse sujeito no espelho da mídia*. 2006. (Apresentação de trabalho/Comunicação)

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, Pontes, 1999. 8ª. Edição.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo, Cortez, 2008. 8ª. Edição.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD - 69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. (1983). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

_____. (1975). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. (1982) Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 1988.

_____ (1981). Lecture et Mémoire: projet de recherche. In: MALDIDIER, Denise. *L'inquiétude du discours : texts de Michel Pécheux*. Chapitre IX. Éditions des Cendres, 1990.